nuclin express

INFORMATIVO ELETRÔNICO DO NUCLEOS • ANO VI • Nº 56 • 19 DE JUNHO DE 2013

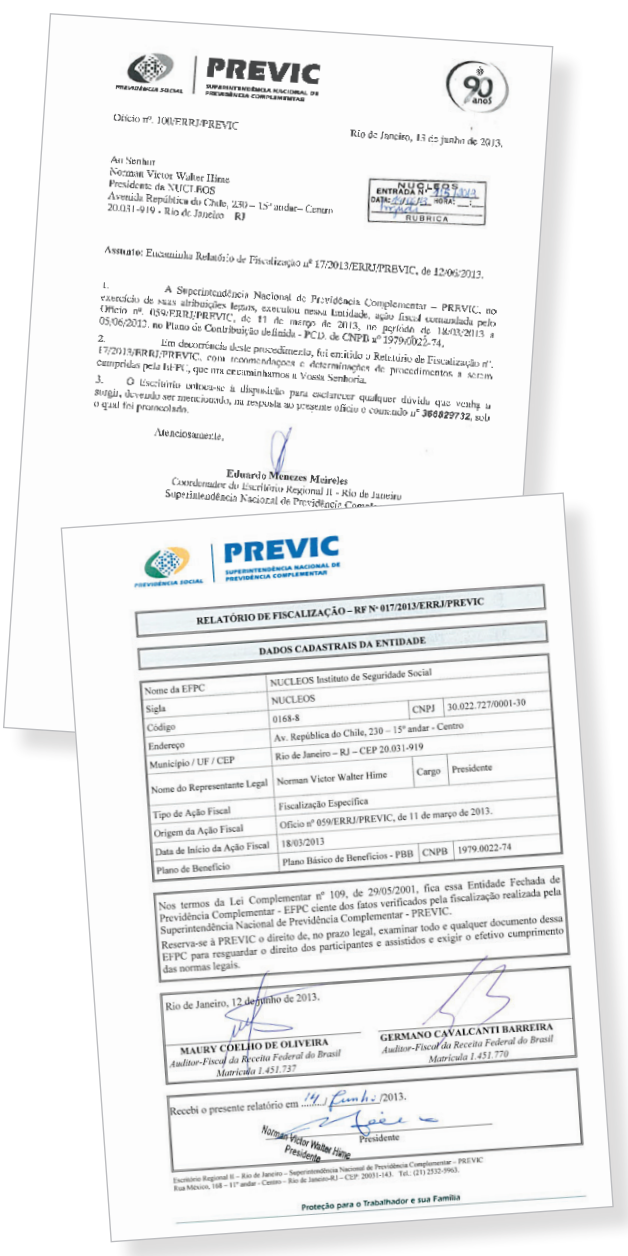
FICHA LIMPA MAIS UMA VEZ

INSTITUTO PASSA NO CRIVO DOS AUDITORES DA PREVIC – ÓRGÃO FEDERAL FISCALIZADOR – SEM IRREGULARIDADE ALGUMA

No último dia 13 de junho, o Nucleos recebeu da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc o Relatório de Fiscalização nº 17/2013/ERRJ/Previc. Trata-se da conclusão da auditoria realizada ao longo de três meses e que teve como pano de fundo a análise dos princípios, regras e práticas de governança, além de gestão e controle internos adotados por nossa entidade. E a conclusão trouxe uma notícia de enorme valor para os participantes do Instituto: a constatação, por aquela autarquia federal, de inexistência de qualquer tipo de irregularidade em nosso fundo de pensão.

Os Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil analisaram um rol de 56 itens de informações e documentos do Nucleos, subdivididos pelos seguintes tópicos:

1 • Controles Internos - Governança
2 • Critérios e Limites para Custeio das Despesas Administrativas (Resolução CGPC no 29/2009)
3 • Contabilidade
4 • Dívidas de Patrocinadoras
5 • Controles Internos de Investimento
6 • Risco de Liquidez
7 • Cadastro de Informações no Portal da SPC (Previc)



PREVIC

Ofício nº. 100/ERRJ/PREVIC

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2013.

Ao Senhor
Norman Victor Walter Hime
Presidente da NUCLEOS
Avenida República do Chile, 230 – 15º andar– Centro
20.031-919 - Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Encaminha Relatório de Fiscalização nº 17/2013/ERRJ/PREVIC, de 12/06/2013.

1. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no exercício de suas atribuições legais, executou nessa Entidade, ação fiscal consubstanciada pelo Ofício nº. 059/ERRJ/PREVIC, de 11 de março de 2013, no período de 18/03/2013 a 05/06/2013, no Plano de Contribuição definida - PCD, de CNPB nº 1979/0022-74.

2. Em decorrência deste procedimento, foi emitido o Relatório de Fiscalização nº. 17/2013/ERRJ/PREVIC, com recomendações e determinações de procedimentos a serem cumpridas pela EFPC, que ora encaminhamos a Vossa Senhoria.

3. O Escritório coloca-se à disposição para esclarecer qualquer dúvida que venha a surgir, devendo ser mencionado na resposta ao presente ofício o comando nº 366829732, sob o qual foi protocolado.

Atenciosamente,

Eduardo Menezes Meireles
Coordenador do Escritório Regional II - Rio de Janeiro
Superintendência Nacional de Previdência Complementar

PREVIC

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO – RF Nº 017/2013/ERRJ/PREVIC

DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE

Nome da EFPC	NUCLEOS Instituto de Seguridade Social		
Sigla	NUCLEOS	CNPJ	30.022.727/0001-30
Código	0168-8		
Endereço	Av. República do Chile, 230 – 15º andar - Centro		
Município / UF / CEP	Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.031-919		
Nome do Representante Legal	Norman Victor Walter Hime	Cargo	Presidente
Tipo de Ação Fiscal	Fiscalização Específica		
Origem da Ação Fiscal	Ofício nº 059/ERRJ/PREVIC, de 11 de março de 2013.		
Data de Início da Ação Fiscal	18/03/2013		
Plano de Benefício	Plano Básico de Benefícios - PBB	CNPB	1979.0022-74

Nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, fica essa Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC ciente dos fatos verificados pela fiscalização realizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.
Reserva-se à PREVIC o direito de, no prazo legal, examinar todo e qualquer documento dessa EFPC para resguardar o direito dos participantes e assistidos e exigir o efetivo cumprimento das normas legais.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2013.

MAURY COELHO DE OLIVEIRA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 1.451.737

GERMANO CAVALCANTI BARREIRA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Matrícula 1.451.770

Recebi o presente relatório em 14/06/2013.
Norman Victor Walter Hime
Presidente

Proteção para o Trabalhador e sua Família

E foram esses os fatos verificados pelo órgão de supervisão e fiscalização:

1 • Plano de Custeio: aprovação anual; Custeio normal do PBB (participantes e patrocinadoras; Contribuições normais; Contribuições contratadas; Contribuições Extraordinárias – Serviço passado; Adequação à Resolução CGPC no 29/2009.

2 • Riscos de Liquidez: Maturidade do Plano; Parecer atuarial; Política de Investimentos; Composição dos Investimentos; Ativos Ilíquidos; Títulos mantidos até o vencimento; Títulos Marcados a Mercado; Processo de avaliação e acompanhamento do Risco de Liquidez; Posicionamento dos órgãos estatutários quanto ao Risco de Liquidez.

NUCLEOS RESPONDE À VEJA

REVISTA PUBLICA CARTA DA DIRETORIA EXECUTIVA QUE COMPROVA MEDIDAS ADOTADAS PARA RESPONSABILIZAR RESPONSÁVEIS POR DESVIOS DE VERBAS

Há duas semanas, a revista Veja mencionou o nome do Nucleos em uma reportagem-denúncia sobre alguns fundos de pensão envolvidos, em 2005, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios por desvios de verbas e prejuízos com operações de títulos públicos. A matéria, com o título "Dudu traz a tempestade", foi reproduzida nos dias seguintes em outros jornais e em diversos portais de notícias em todo o País.

Para preservar a imagem da Instituto e mostrar que, daquele ano para cá, o seu Conselho Deliberativo "tomou todas as medidas técnicas administrativas e legais que estavam ao seu alcance, exclusivamente por dever de ofício, para a responsabilização nas esferas cível e criminal dos dirigentes e funcionários que à época provocaram vultosos prejuízos à nossa entidade", a Diretoria Executiva enviou uma carta-resposta à Veja, que foi publicada e reproduzida em portais especializados nos últimos dias.

Nestas duas últimas semanas, através de comunicados, o Nucleos manteve seus participantes informados das ações relacionadas ao caso, buscando, como sempre, uma comunicação objetiva e transparente. E, como reação, a área de Atendimento do Instituto recebeu diversos e-mails parabenizando a entidade por ela "contar com uma administração idônea e responsável" e pelo "oportuno esclarecimento sobre o material recém-veiculado", ressaltando, ainda, "a vitoriosa recuperação que hoje espelha o sucesso financeiro e patrimonial do Nucleos".

Brasil

DUDU TRAZ A TEMPESTADE

O homem da foto diz ser o dono de meio milhão de reais achados na cueca de dois passageiros flagrados no aeroporto de Brasília. É mentira. Os donos são outros. E Dudu é só a ponta de um grande escândalo prestes a estourar

RODRIGO RANGEL E HUGO MARQUES

Um passageiro flagrado no portão de embarque de um aeroporto com muito dinheiro vivo em seu poder não chega a ser uma novidade no Brasil. Tampouco causa grande surpresa se o tal passageiro tiver escolhido, como local para acondicionar as notas, suas roupas íntimas. Tudo isso já se viu — e tudo isso se repetiu na manhã do último dia 16 no Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília. Nesse dia, uma quinta-feira, a Polícia Federal flagrou dois homens que tentavam embarcar para o Rio de Janeiro com 465 000 reais escondidos em suas meias e cuecas. A dupla foi detida para esclarecimentos e o dinheiro, apreendido. Horas depois, um terceiro homem se apresentou à polícia dizendo ser o dono da bolada. Identificou-se como Eduardo Lemos, disse que os homens eram seus funcionários e que a quantia se destinava a comprar um imóvel no Rio. Indagado sobre os motivos de ter recorrido ao método (ainda) pouco usual para transporte de dinheiro, respondeu apenas que carregar valores em espécie não é crime. E ainda esnobou os policiais: para ele, o quase meio milhão de reais apreendidos nem era "tanto dinheiro assim". Para comprovar o que dizia, fez questão de exibir o relógio de 120 000 reais que carregava no pulso e de informar que havia chegado ao prédio da polícia a bordo de um Porsche. O homem declarou ainda não ter nenhuma relação com políticos e disse que o dinheiro que seus empregados carregavam não provinha dos cofres públicos. A realidade é bem diferente, conforme apurou a reportagem de VEJA. Eduardo Lemos, na verdade, é Carlos Eduardo Carneiro Lemos, um operador de mercado conhecido por fazer negócios com fundos de pensão de empresas estatais, e o flagrante em que ele acaba de se envolver é o princípio de um grande escândalo.

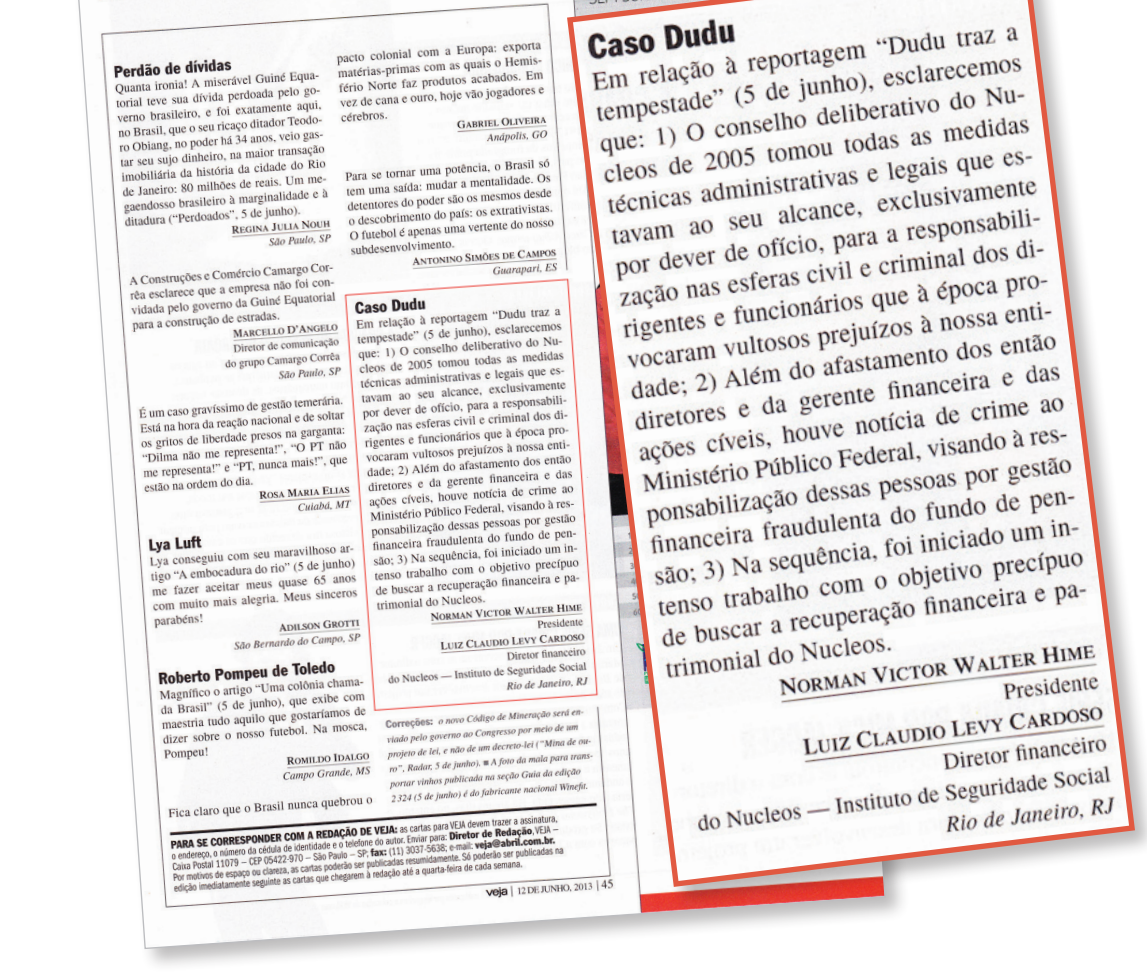
Ao contrário do que disse aos policiais, Dudu, como é chamado pelos amigos, tem excelentes contatos no mundo da política. Por essas conexões, foi parar há oito anos no banco da CPI dos Correios, que investigou o mensalão. Lá, teve de dar explicações sobre transações milionárias que fez quando ocupava o cargo de gerente de investimentos da Prece, o fundo de pensão dos funcionários da companhia de saneamento do Rio. Ele foi escolhido para o cargo pelo PT — mais precisamente por Marcelo Sereno, homem de confiança do ex-ministro José Dirceu —, com a bênção do aliado PCdoB. No posto, Dudu comandou operações que contribuíram para um prejuízo de mais de 100 milhões de reais ao fundo, pelas contas da própria CPI. As transações funcionavam da seguinte forma: corretoras amigas compravam papéis de pouco valor no mercado e os repassavam à Prece por um preço muito acima do real. O fundo ficava com o prejuízo, Dudu e seus amigos, com os lucros da operação. Era ele o responsável por autorizar os negócios. No ano passado, os golpes lhe renderam uma punição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Num veredicto inédito em processos que envolvem fundos de pensão, ele foi condenado a pagar uma multa de 3,3 milhões de reais. Também em 2012, Dudu foi formalmente acusado pelo Ministério Público Federal de tramar operações prejudiciais aos cofres de outros dois fundos — a Refer, dos funcionários da Rede Ferroviária Federal, e o Nucleos, da Eletronuclear.

Apesar de ter sido investigado e condenado, continuou operando. Hoje, usa como fachada a Fides Advisor Consultoria Financeira, aberta há pouco menos de dois anos, que tem como sede uma sala de escritórios virtuais num bairro nobre de Manaus. A empresa, que ele fundou em sociedade com um amigo, é apontada como fonte dos 15 milhões de reais que o operador diz faturar anualmente. Embora a sede da Fides seja em Manaus, o centro das atividades de Dudu fica mesmo em Brasília.

VEJA apurou que o dinheiro apreendido no aeroporto é a ponta aparente de um esquema grandioso que mistura interesses públicos e privados, passa por operações financeiras prejudiciais a fundos de pensão e resulta em dividendos que beneficiam, além dos envolvidos nas negociatas, também políticos que dão sustentação aos dirigentes dos fundos responsáveis por chancelar cada negócio. Dudu, o milionário do Porsche, é só um personagem dessa rede, e sua atribuição principal é distribuir os lucros provenientes das operações. Para dificultar o rastreamento do fluxo do dinheiro, a rede inclui empresas de factoring, serviços de doleiros e contas em paraísos fiscais. Os lucros obtidos são partilhados em dinheiro vivo. Cada pagamento — inclusive aos políticos — é cuidadosamente registrado em planilhas, com nomes e valores. O dinheiro apreendido no Aeroporto JK deixou rastros. E as consequências de sua apreensão mostrarão que ela não tem nada de corriqueira.

QUAL O PROBLEMA? Aos policiais que apreenderam os 465 000 reais, o operador Dudu limitou-se a dizer que carregar dinheiro em espécie não é crime. Acima, sua empresa de "consultoria" em Manaus



Leitor

Perdão de dívidas
Quanta ironia! A miserável Guiné Equatorial teve sua dívida perdoada pelo governo brasileiro, e foi exatamente aqui, no Brasil, que o seu ricaço ditador Teodoro Obiang, no poder há 34 anos, veio gastar seu sujo dinheiro, na maior transação imobiliária da história da cidade do Rio de Janeiro: 80 milhões de reais. Um megaendosso brasileiro à marginalidade e à ditadura ("Perdoados", 5 de junho).
REGINA JULIA NOUH
São Paulo, SP

A Construções e Comércio Camargo Corrêa esclarece que a empresa não foi convidada pelo governo da Guiné Equatorial para a construção de estradas.
MARCELLO D'ANGELO
Diretor de comunicação do grupo Camargo Corrêa
São Paulo, SP

É um caso gravíssimo de gestão temerária. Está na hora da reação nacional e de soltar os gritos de liberdade presos na garganta: "Dilma não me representa!", "O PT não me representa!" e "PT, nunca mais!", que estão na ordem do dia.
ROSA MARIA ELIAS
Cuiabá, MT

Lya Luft
Lya conseguiu com seu maravilhoso artigo "A embocadura do rio" (5 de junho) me fazer aceitar meus quase 65 anos com muito mais alegria. Meus sinceros parabéns!
ADILSON GROTTI
São Bernardo do Campo, SP

Roberto Pompeu de Toledo
Magnífico o artigo "Uma colônia chamada Brasil" (5 de junho), que exibe com maestria tudo aquilo que gostaríamos de dizer sobre o nosso futebol. Na mosca, Pompeu!
ROMILDO IDALGO
Campo Grande, MS

Fica claro que o Brasil nunca quebrou o pacto colonial com a Europa: exporta matérias-primas com as quais o Hemisfério Norte faz produtos acabados. Em vez de cana e ouro, hoje vão jogadores e cérebros.
GABRIEL OLIVEIRA
Anápolis, GO

Para se tornar uma potência, o Brasil só tem uma saída: mudar a mentalidade. Os detentores do poder são os mesmos desde o descobrimento do país: os extrativistas. O futebol é apenas uma vertente do nosso subdesenvolvimento.
ANTONINO SIMÕES DE CAMPOS
Guarapari, ES

Caso Dudu
Em relação à reportagem "Dudu traz a tempestade" (5 de junho), esclarecemos que: 1) O conselho deliberativo do Nucleos de 2005 tomou todas as medidas técnicas administrativas e legais que estavam ao seu alcance, exclusivamente por dever de ofício, para a responsabilização nas esferas civil e criminal dos dirigentes e funcionários que à época provocaram vultosos prejuízos à nossa entidade; 2) Além do afastamento dos então diretores e da gerente financeira e das ações cíveis, houve notícia de crime ao Ministério Público Federal, visando à responsabilização dessas pessoas por gestão financeira fraudulenta do fundo de pensão; 3) Na sequência, foi iniciado um intenso trabalho com o objetivo precípuo de buscar a recuperação financeira e patrimonial do Nucleos.
NORMAN VICTOR WALTER HIME
Presidente
LUIZ CLAUDIO LEVY CARDOSO
Diretor financeiro
do Nucleos — Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro, RJ

Correções: o novo Código de Mineração será enviado pelo governo ao Congresso por meio de um projeto de lei, e não de um decreto-lei ("Mina de ouro", Radar, 5 de junho). ■ A foto da mala para transportar vinhos publicada na seção Guia da edição 2 324 (5 de junho) é do fabricante nacional Winefit.

PARA SE CORRESPONDER COM A REDAÇÃO DE VEJA: as cartas para VEJA devem trazer a assinatura, o endereço, o número da cédula de identidade e o telefone do autor. Enviar para: Diretor de Redação, VEJA – Caixa Postal 11079 – CEP 05422-970 – São Paulo – SP; fax: (11) 3037-5638; e-mail: veja@abril.com.br. Por motivos de espaço ou clareza, as cartas poderão ser publicadas resumidamente. Só poderão ser publicadas na edição imediatamente seguinte as cartas que chegarem à redação até a quarta-feira de cada semana.

veja | 12 DE JUNHO, 2013 | 45

REVISÃO PREÇO FIXO CITROËN. A TRANQUILIDADE DE ESCOLHER O MELHOR DA TECNOLOGIA SEM SURPRESAS NA REVISÃO.

Caso Dudu
Em relação à reportagem "Dudu traz a tempestade" (5 de junho), esclarecemos que: 1) O conselho deliberativo do Nucleos de 2005 tomou todas as medidas técnicas administrativas e legais que estavam ao seu alcance, exclusivamente por dever de ofício, para a responsabilização nas esferas civil e criminal dos dirigentes e funcionários que à época provocaram vultosos prejuízos à nossa entidade; 2) Além do afastamento dos então diretores e da gerente financeira e das ações cíveis, houve notícia de crime ao Ministério Público Federal, visando à responsabilização dessas pessoas por gestão financeira fraudulenta do fundo de pensão; 3) Na sequência, foi iniciado um intenso trabalho com o objetivo precípuo de buscar a recuperação financeira e patrimonial do Nucleos.
NORMAN VICTOR WALTER HIME
Presidente
LUIZ CLAUDIO LEVY CARDOSO
Diretor financeiro
do Nucleos — Instituto de Seguridade Social
Rio de Janeiro, RJ

ERRATA AO RELATÓRIO ANUAL 2012

A presente errata objetiva retificar parcialmente a edição do Relatório Anual de 2012 – versão eletrônica publicada no site do Nucleos em 24/04/2013 e versão eletrônica, expedida a todos os participantes e assistidos em 30/04/2013 – devido a um erro de digitação na data da tabela **Aderência à Política de Investimentos e aos Limites Legais.**

PÁGINA 33:

ONDE SE LÊ	LEIA-SE
ALOCAÇÃO EM 30/12/2011	ALOCAÇÃO EM 30/12/2012